ESPAÇO PEDAGÓGICO

EDITORIAL

Há mais de quinze anos, em junho de 1999, foi assinada por 29 ministros da educação de países europeus a Declaração de Bolonha, um ambicioso programa de reforma da educação superior, cujo escopo foi construir uma "Europa do Conhecimento", criar uma sólida convergência em educação superior e, assim, responder adequada e suficientemente aos problemas, oportunidades e desafios produzidos pela globalização da economia. A referida Declaração, também conhecida como "Processo de Bolonha", teve imensas repercussões, não só no contexto da educação superior da Europa, como também em outras partes do mundo, inclusive no Brasil e em outros países da América Latina.

As repercussões de Bolonha se fizeram sentir de diversas maneiras e por muitos olhares. Palestras, debates, eventos acadêmicos, produções, publicações, manifestações plurais – e, muitas vezes, antagônicas –, proposições legislativas, dentre outras, são materialidades que atestam o quanto tal iniciativa reverberou nos mais distintos cenários e espaços institucionais.

Um inventário cuidadoso das produções recentes dos estudiosos do assunto nos permite identificar que não há consenso acerca da forma como o Processo de Bolonha é interpretado: existem posições antagônicas a respeito de suas intenções, assim como há divergências sobre seus alcances e sua eficácia. Se, de um lado, há manifestações de defesa e concordância sobre seus propósitos, de outro há contundentes críticas ao efeito destruidor da ideia de universidade ocasionado pela sua implantação. Se para alguns representa uma espécie de subjugação da universidade aos interesses liberais e à lógica do mercado ocasionando a perda da sua autonomia, para outros significa a resposta europeia de internacionalização às demandas da globalização no âmbito da educação superior. Se para alguns sinaliza a proletarização e burocratização esterilizante dos docentes universitários, o abandono da missão, da visão humanista e da reflexão filosófica, para outros

http://dx.doi.org/10.5335/rep.v22i2.5560

indica a possibilidade de atualizar a universidade no cenário contemporâneo das sociedades complexas e plurais.

Seria forçoso afirmar que o Processo de Bolonha influenciou decididamente as reformas brasileiras da educação superior no início do século XXI. De outra parte, seria um exagero confiar na premissa de que o modelo de expansão da educação superior foi exclusivamente motivado pela Declaração de Bolonha. Não há evidências empíricas para sentenciar que "o modelo bolonhês" foi literalmente implantado na educação superior brasileira. No entanto, um estudo mais atento, um olhar mais apurado, uma investigação mais seletiva, não pode deixar de identificar traços e ecos do formato de Bolonha.

A *Revista Espaço Pedagógico,* coerente com os propósitos de seu escopo, atualiza neste número o debate em torno da Educação Superior e o Processo de Bolonha. Como não poderia deixar de ser, o conjunto dos artigos que compõe sua temática central manifesta a pluralidade de abordagens e as possíveis leituras que podem ser feitas desse controverso processo que influenciou e continua influenciando os rumos da educação, não só no espaço europeu, mas também em diversos países da América Latina.

No primeiro artigo, o pesquisador português Alberto Amaral aborda o tema *O Processo de Bolonha: da harmonização à sintonização, passando pela convergência,* no qual analisa o Acordo de Bolonha sob os aspectos da mobilidade dos estudantes, da empregabilidade dos diplomados e da comparabilidade dos cursos. O autor alerta acerca do momento crítico pelo qual está passando o Processo de Bolonha, denunciando as dificuldades e perigos que representam para os sistemas nacionais de educação superior europeus.

Seguindo, Altair Alberto Fávero e Carina Tonieto apresentam o artigo intitulado *Confluências da expansão da educação superior brasileira no período de 2000 a 2012 e o Processo de Bolonha,* em que investigam possíveis interfaces entre as políticas públicas expansionistas da educação superior no Brasil nos primeiros anos do século XXI e os princípios expressos na Declaração de Bolonha.

Garantia da qualidade e da avaliação: um estudo comparado sobre as decorrências do Processo de Bolonha na comunidade dos países de língua portuguesa é o título do artigo assinado pelas pesquisadoras brasileiras Gionara Tauchen e Catia Piccolo Devechi, em coautoria com a pesquisadora angolana Maria da Conceição Barbosa Rodrigues Mendes. Nele, as autoras analisam as ações decorrentes do Processo de Bolonha no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), notadamente, Brasil, Angola, Moçambique e Cabo Verde, discutindo os sistemas de avaliação que ali se desenvolvem como instrumentos de regulação da qualidade das Instituições de Ensino Superior e de gestão da agenda educacional dos Estados Nacionais.

Telmo Marcon apresenta, na sequência, o artigo intitulado *Declaração de Bolonha no contexto de mercantilização da educação superior: o discurso neoliberal dos organismos multilaterais,* em que coloca em discussão a crescente mercantilização da educação, à luz das proposições e do alcance da Declaração de Bolonha, apontando sua tendência homogeneizadora frente às políticas educacionais e uma orientação fundada na lógica da eficiência e da flexibilidade.

No artigo de Egeslaine de Nez e Antonio Bosco de Lima, nomeado *Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES): marco regulatório que impacta na gestão das universidades brasileiras?,* os autores colocam em pauta as diferentes e divergentes interpretações que têm sido apresentadas sobre o assunto, apontando uma complexa trama entre a regulação transnacional e as políticas públicas educacionais contemporâneas, que acabam por atuar como marcos regulatórios para algumas ações desenvolvidas em instituições educacionais brasileiras.

Elisângela Ferreira Floro e Neusa Maria Dal Ri, no artigo intitulado *Ensino superior nos Institutos Federais: inserção flexibilizada e experiências com a diversificação dos cursos,* debruçam-se sobre as experiências históricas dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no que diz respeito à inserção do ensino superior nesses espaços, mediante a oferta flexibilizada e diversificada de seus cursos num cenário de formação técnico-profissional e tecnológica marcado fortemente pelas demandas de mercado.

Dentre os artigos que compõem a seção de fluxo contínuo, temos a contribuição de Edite Maria Sudbrack, Hildegard Susana Jung e Mariana Balestrin, com o estudo nomeado *A instituição dos conselhos: participação e controle social, ou a "patologia" da representatividade?* Nele as autoras investigam a atuação dos conselhos escolares e dos conselhos de alimentação nos municípios brasileiros, destacando a experiência implementada no município de Frederico Westphalen/RS em cotejo com um estudo realizado no estado da Paraíba.

Na sequência, com o artigo *Condições de trabalho docente na universidade pública brasileira: um mapeamento de estudos,* Ana Carolina Pessoa Brandão, Alvanize Valente Fernandes Ferenc e Rita de Cássia Alcântara Braúna realizam uma análise cartográfica acerca das condições de trabalho docente na universidade pública brasileira, tomando como fonte as publicações oriundas das Reuniões Anuais da ANPEd, do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e da Revista Universidade e Sociedade no recorte temporal 2006-2010.

Representações e práticas sobre o método de projetos e o ensino do vocabulário em Montes Claros (1920-1930) é o título do artigo de Geisa Magela Veloso, em que a autora aborda, no âmbito da História Cultural, as representações e práticas sobre o método de projetos e o ensino do vocabulário na escola primária e no curso normal

no período delimitado, tomando como fontes jornais que circularam em Montes Claros/MG e a Revista do Ensino, produzida pelo governo de Minas Gerais, no recorte temporal delimitado.

Os pesquisadores Adelar Aparecido Sampaio e Claus Dieter Stobäus subscrevem o artigo denominado *O apoio pedagógico na formação inicial: perspectivas para o bem-estar docente e desenvolvimento profissional*. Partindo das experiências de um grupo de licenciandos de uma instituição privada de ensino superior do estado do Paraná e de um grupo de professores iniciantes, o estudo destaca o apoio pedagógico na formação docente, tendo em vista sua relevância para a constituição profissional e perspectivas para o bem-estar docente.

Na seção *Diálogo com Educadores*, temos a oportunidade de conhecer a trajetória profissional do professor argentino Dr. Cesar Tello, pesquisador no campo da Epistemologia da Política Educativa. Nosso entrevistado atua na Universidad Nacional de La Plata, na Universidad Nacional de Tres de Febrero e na Universidad Nacional de San Martin, três importantes Instituições de Ensino Superior argentinas. Tello é o atual presidente da Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa (RELEPE), assim como é um dos seus fundadores. A entrevista foi sistematizada pelo Prof. Dr. Telmo Marcon, professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade de Passo Fundo e também integrante da Red Latinoamericana de Estudios Epistemológicos en Política Educativa.

Por fim, na seção *Resenha*, temos duas relevantes contribuições. Evandro Consaltér apresenta a coletânea intitulada *Docência e Políticas na Educação Superior*, organizada pelas pesquisadoras da Rede de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (REPES), Gionara Tauchen e Daniele Simões Borges, cuja publicação deu-se no ano de 2014. Roberta Cajaseiras de Carvalho, por sua vez, dá-nos a conhecer a obra intitulada *Reforma universitária e a construção do Espaço Europeu de Educação Superior: análise de uma década do Processo de Bolonha,* organizada por Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira e Maria de Lourdes Pinto de Almeida e publicada em 2011 pela editora Mercado de Letras, de Campinas.

Diante do desafio permanente de socializar a produção científica em patamares de elevada qualidade e significação, agradecemos aos autores que aqui publicizam seus estudos e pesquisas. Quanto aos leitores, nossa expectativa é de contribuir para o fomento das discussões no campo educacional e alavancar um profícuo intercâmbio de ideias. Que essa leitura renda bons frutos!

Altair Alberto Fávero - Organizador
Telmo Marcon - Organizador
Flávia Eloisa Caimi - Editora-chefe